



**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS**  
**GABINETE DO VEREADOR OCTAVIO**  
**SAMPAIO**

**LIDO**

EM: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

2º SECRETÁRIO

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO**  
**PROTOCOLO LEGISLATIVO**  
**PROCESSO Nº 3404/2024**

**SOLICITA AO EXECUTIVO**  
**MUNICIPAL INFORMAÇÕES**  
**DETALHADAS ACERCA DO**  
**ATRASO NO REPASSE DE**  
**RECURSOS DESTINADOS ÀS**  
**ESCOLAS PAROQUIAIS.**

O Vereador Octavio Sampaio infra-assinado, satisfeitas as formalidades regimentais, com base no inciso XIV do Art. 78 da LOM, solicita à Prefeitura Municipal de Petrópolis e à Secretaria de Educação informações detalhadas acerca do atraso no repasse de recursos destinados às escolas paroquiais do município.

**Considerando** que houve diversos relatos de atraso nos repasses de recursos financeiros, o parlamentar requer as seguintes informações:

1. Qual o motivo do atraso no repasse dos recursos financeiros às escolas paroquiais?
2. Quando será regularizado o repasse pendente?
3. Existe um cronograma de pagamentos a ser seguido para evitar novos atrasos? Se sim, fornecer o cronograma detalhado.
4. O atraso no repasse coloca em risco a continuidade dos serviços prestados pelas escolas paroquiais?
5. Há risco de paralisação dos profissionais vinculados às escolas paroquiais devido à falta de recursos financeiros?
6. Quais medidas estão sendo adotadas pela Prefeitura e pela Secretaria de Educação para garantir a continuidade das atividades escolares e dos serviços prestados, sem prejuízos aos estudantes?

**JUSTIFICATIVA**

A atividade do Vereador contempla não só a função legislativa, mas também o exercício da fiscalização e controle externo da legalidade e adequação dos atos praticados pelo Poder Executivo, tal como se infere pelo Art. 31 §1º da CRFB/88 e Arts. 67 e 78 XIV da LOM.

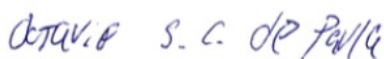
O presente requerimento de informações encontra-se dentro da função fiscalizatória atribuída ao Poder Legislativo Municipal e tem por objetivo a obtenção de informações referentes ao atraso no repasse de recursos às

escolas paroquiais do município. Diversos relatos apontam que o atraso nos pagamentos está causando instabilidade no funcionamento dessas unidades escolares, com risco de paralisação dos serviços e dos profissionais envolvidos.

A continuidade das atividades das escolas paroquiais é fundamental para garantir a educação de inúmeras crianças e adolescentes do município, sendo imprescindível que os recursos necessários para sua operação sejam disponibilizados de forma regular e sem atrasos. Qualquer interrupção nos serviços prejudicará diretamente os estudantes e suas famílias.

Diante da gravidade da situação e da urgência em solucionar o problema, o Poder Legislativo, ciente de seu ônus constitucional fiscalizatório, solicita que as informações e documentos supramencionados sejam fornecidos no prazo máximo de vinte dias, conforme previsto no Art. 78 XIV da LOM c/c Art. 11 §1º da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

Sala das Sessões, 10 de setembro de 2024



**OCTAVIO SAMPAIO**  
Vereador